

# CARTA DA INDÚSTRIA

Ano XVI nº 705  
11 a 17 de setembro de 2015

## AGENDA PARA O CRESCIMENTO

FIRJAN ELENCA PROPOSTAS  
PRIORITÁRIAS PARA O BRASIL



Sistema FIRJAN | [www.firjan.com.br](http://www.firjan.com.br)

Sistema  
**FIRJAN**



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.

## MIDIATECA MÓVEL: CULTURA AO ALCANCE DAS EMPRESAS

A MEDIATECA Móvel Sesi Cultural está passando este ano por mais 10 empresas de diferentes regiões do estado, ampliando o acesso a livros e filmes nacionais. Com 200 títulos no acervo, sendo 100 DVDs e 100 livros, o projeto foi idealizado pelo Sesi Rio com o objetivo de fomentar a cultura nacional. Em cada empresa, os trabalhadores efetuam cerca de 160 empréstimos de obras, que são levadas gratuitamente para casa para serem compartilhadas com a família.

Desde dezembro de 2013, quando foi lançada, a MEDIATECA já passou por 15 empresas, gerando cerca de 2.400 empréstimos. Até o fim do ano, serão mais 800 locações, segundo estimativas. O projeto chega em uma van equipada com aparelhos de som, projetor e telão, levando também a equipe responsável pela ação de mobilização, que dura dois dias. A partir daí, o acervo permanece na empresa por 30 dias.

A van da MEDIATECA Móvel Sesi Cultural esteve na Condor Tecnologia Não-Letal, em Nova Iguaçu, nos dias 20 e 21 de agosto. Patricia Monteiro, gerente de Recursos Humanos da empresa, destacou que a parceria com

o Sistema FIRJAN é importante para o crescimento da empresa e de seus colaboradores. “Com o projeto estimulamos o hábito e o interesse pela leitura, ação fundamental para o desenvolvimento profissional dos nossos funcionários”, ressaltou.

Mais informações pelos telefones 0800 0231 231 e 4002 0231 ou pelo site [www.firjan.org.br](http://www.firjan.org.br)



Antonio Batalha

Colaboradores da empresa Condor na MEDIATECA Móvel

## FIRJAN E SIMPERJ LEVAM EMPRESAS DE PLÁSTICO DO RIO À PLASTECH BRASIL

Em parceria com o Sistema FIRJAN, o Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado do Rio de Janeiro (Simperj) participou, com um estande coletivo, da 5ª Plastech Brasil. A feira é uma das mais importantes da indústria de transformação petroquímica do país. A ação se viabilizou com o apoio da Gerência de Desenvolvimento Setorial da Federação e do Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

Durante os quatro dias de evento, dez empresas do setor plástico fluminense tiveram oportunidade de ampliar sua cartela de clientes, além de divulgar o

potencial do segmento no estado, que pela primeira vez teve um estande coletivo na feira.

Marcelo Oazen, vice-presidente do Simperj, comemorou os contatos que fez no evento. “Uma feira vale por mil visitas a clientes. O estande foi muito visitado. Todos os expositores do estado foram muito bem, e a FIRJAN foi uma parceira fundamental. Sem a ajuda da Federação, não poderíamos ter participado. Só temos a agradecer”, disse Oazen, que também é presidente da Labplast e Plastlab. O evento aconteceu de 25 a 28 de agosto, em Caxias do Sul (RS).

## SINDICATOS DE CONSTRUÇÃO PARTICIPAM DA 9ª CONCRETE SHOW SOUTH AMERICA

O Movimento Sindical FIRJAN levou empresários associados aos sindicatos Sinduscon-SF, Sinduscon-CN, Sinduscon Noroeste e Sindicon-TR à 9ª Concrete Show South America. Segundo maior evento do mundo no segmento, e primeiro na América Latina, a feira aconteceu entre os dias 26 e 28 de agosto e reuniu mais de 600 marcas expositoras nacionais e internacionais.

A delegação fluminense pôde conferir soluções para aumentar a produtividade e reduzir custos. “Participar da Concrete Show é importante porque enriquece o setor da nossa região, com serviços em todas as áreas da construção civil”, disse Waldir dos Santos Júnior, presidente do Sindicon-TR e vice-presidente da Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Centro Sul Fluminense.

De acordo com a Câmara de Comércio Internacional, o Brasil é o quarto país do mundo na utilização da arbitragem para resolução de litígios. Em entrevista à Carta da Indústria, o árbitro **Pedro Batista Martins**, membro do Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem (CBMA) fala sobre as vantagens das vias alternativas à Justiça, seu papel no desenvolvimento nacional e os impactos da nova Lei de Arbitragem, em vigor desde junho. Martins participou do seminário Arbitragem e Mediação na Administração Pública, realizado em julho na sede do Sistema FIRJAN.



Fabiano Veneza

## ARBITRAGEM COMO PROPULSORA DO DESENVOLVIMENTO

**CARTA DA INDÚSTRIA –** Quais vantagens a arbitragem pode apresentar ao setor privado?

**PEDRO BATISTA MARTINS –** O empresário não tem tempo para esperar uma decisão na Justiça. Isso não é culpa do Poder Judiciário. É que o processo é longo, ele tem muitos recursos horizontais, verticais e muitas instâncias. Com a globalização, o nível de competitividade que se tem hoje e a intercomunicação entre os países, você não pode perder tempo, porque outras oportunidades surgem, e seu competidor está ganhando mercado. Então o empresário quer um sistema ágil, uma resposta para o conflito.

**CI –** De que forma a arbitragem pode contribuir para aumentar os investimentos no país?

**PBM –** Ela é um fator de atração de investimentos. O investidor de fora quer saber se o país tem uma lei de arbitragem boa e um Poder Judiciário que a apoia, porque quer resolver os conflitos de maneira mais rápida. Por exemplo, se será investido um bilhão, o investidor quer saber como vamos fazer para solucionar eventuais problemas. Sob esse ângulo, eles têm interesse que o país tenha um sistema adequado de resolução de conflitos. Hoje, os empresários brasileiros também estão utilizando deste mecanismo. Há algumas ações que envolvem disputas com valores altos. Isso mostra que há uma aceitação desse sistema.

**CI –** Quais foram as principais mudanças na Lei de Arbitragem?

**PBM –** Em termos gerais foi uma reforma pontual. As mudanças foram no sentido de cristalizar o que a jurisprudência e a prática já vinham apontando como caminho para algumas dúvidas existentes. Um ponto em que tenho as minhas relutâncias é com relação à parte societária. Nesse âmbito, me parece que a arbitragem foi maltratada, porque estabeleceram quórum qualificado e o direito de recesso. Eu acho que foi um excesso. Acredito que deveria ser adotada como simples maioria de votos.

**CI –** Nesse cenário, quais são os desafios atuais?

**PBM –** Esse sistema de resolução de conflitos tomou uma proporção muito grande. Há vários desafios, como os advogados que não conhecem a arbitragem e que estão sendo levados a resolver os conflitos dos seus clientes por esse mecanismo porque os contratos já preveem isso. O crescimento exponencial se reflete também nas partes. O empresário que tem uma controvérsia que vai ser resolvida dessa forma, muitas vezes fica receoso. Outro ponto que merece reflexão diz respeito às câmaras, pois elas, muitas vezes, ficam atrasadas em termos de infraestrutura. É preciso que elas cresçam, tenham salas de audiências adequadas, além de um regulamento contemporâneo, adequado à realidade.

## SISTEMA FIRJAN APRESENTA SOLUÇÕES NA 17ª MERCO NOROESTE

Gerar negócios e dar visibilidade às empresas de diversos setores do Noroeste Fluminense. Este foi o objetivo da 17ª Merco Noroeste. A feira, que conta com o Sistema FIRJAN como um dos realizadores, tem o diferencial de aproximar tanto industriais, comerciantes e fornecedores como também o público consumidor. Considerada um dos maiores eventos empresariais do estado do Rio, teve 180 expositores e atraiu um público de 30 mil pessoas.

Em seu estande, a Federação apresentou recursos tecnológicos utilizados pelo SENAI para a prática profissional dos alunos: um simulador de solda e uma empilhadeira. Na região Noroeste Fluminense, a infraestrutura está disponível nas unidades SENAI de Itaperuna e Santo Antônio de Pádua.

O público pode conhecer também os games que compõem o programa SESI Matemática. Lançado em 2012 pelo Sistema FIRJAN, o SESI Matemática pretende despertar o interesse dos estudantes pela disciplina, contribuindo na formação de jovens mais críticos e preparados para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

### NEGÓCIOS EM ALTA

Na abertura do evento, Geraldo Coutinho, vice-presidente executivo do Sistema FIRJAN, afirmou que a Merco Noroeste é uma oportunidade para o empresário dar visibilidade a sua marca e ampliar sua rede de contatos. “É uma feira que já se consolidou no calendário de eventos do estado do Rio, fundamental para a movimentação da economia. Tanto que, nas últimas edições, temos contabilizado a geração de negócios da ordem de



Geraldo Coutinho participa da abertura da Merco Noroeste 2015, em Itaperuna

**“Nas últimas edições, temos contabilizado a geração de negócios da ordem de R\$ 12 milhões por ano”**

**Geraldo Coutinho**  
Vice-presidente executivo do Sistema FIRJAN

R\$ 12 milhões por ano”, disse Coutinho. Ele também destacou que “a FIRJAN tem trabalhado firmemente para contribuir com o desenvolvimento da região”.

O presidente da Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Noroeste Fluminense, Antônio Carlos Boechat, destacou a evolução da infraestrutura da feira com o passar dos anos, tornando o evento um importante parceiro de empresários de diversos setores.

“Nesse espaço, as empresas vão poder mostrar seu potencial para visitantes de diversos locais do Rio e, também, dos estados vizinhos”, disse Boechat.

“O evento tem uma importância muito grande, por seu poder de mobilizar os negócios da região, e tem o mérito de apresentar, de forma equilibrada, os ambientes industriais e de varejo”, disse José Magno Hoffmann, diretor da Gráfica Hoffmann e presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro (Sindgraf).

Também participaram do evento o prefeito de Itaperuna, Alfredo Rodrigues; o deputado estadual Jair Bittencourt; o presidente da Fecomércio-RJ, Orlando Diniz; o gerente geral de Articulação Institucional do Sebrae-RJ no Noroeste Fluminense, Nelson Rocha; e o diretor do Campus V da Unig, Roger Soares. A 17ª Merco Noroeste foi realizada de 27 a 29 de agosto no campus da Unig em Itaperuna.

## eSOCIAL: EMPRESÁRIOS FLUMINENSES PARTICIPAM DE PALESTRAS PARA ESCLARECER DÚVIDAS SOBRE NOVO SISTEMA DE REGISTRO

A fim de prestar informações relevantes sobre o eSocial, novo registro de eventos das relações de trabalho, e preparar os empresários para a implementação do programa, o Sistema FIRJAN está promovendo palestras gratuitas sobre o tema nas Representações Regionais CIRJ/ FIRJAN e em empresas e sindicatos associados. Nos encontros, especialistas da Federação abordam o funcionamento do sistema, seus principais aspectos legais e operacionais, os impactos e as mudanças em curso.

O eSocial é um programa do governo federal que consiste em um sistema eletrônico que unifica as informações enviadas pelos empregadores sobre seus funcionários. O atual cronograma para implementação da plataforma prevê a adesão compulsória de empresas de todos os portes até janeiro de 2017.

De acordo com José Luiz Barros, gerente de Segurança do Trabalho da

Federação, as palestras auxiliam os empresários a compreenderem e se atualizarem sobre as alterações feitas no Manual de Orientação do eSocial, que dispõe sobre as regras e procedimentos da plataforma. “O governo tem o esqueleto montado, mas ainda há ajustes sendo feitos. O manual passou por diversas revisões. É um processo vivo”, disse Barros.

---

**“Nossos associados solicitaram mais esclarecimentos sobre o novo registro. A consultoria do Sistema FIRJAN tem sido providencial nesse cenário”**

**Isabel Lemgruber**  
Gerente executiva do Sindistal

---

### DIFICULDADES

Tatiana Cássia, supervisora de Recursos Humanos da Carl Zeiss, participou do evento promovido em Petrópolis, na sede da Representação Regional FIRJAN/ CIRJ na Região Serrana, em 3 de setembro. Ela afirma que conseguiu compreender melhor o funcionamento do eSocial com a orientação oferecida pela Federação. “Estava com dificuldades para montar um esquema de implementação do sistema. Ao participar da palestra, tive a oportunidade de esclarecer questões. Pude tomar conhecimento de coisas que não tínhamos ideia de que aconteceria”.

No dia 14 de setembro a palestra foi realizada na sede do Sindicato da Indústria de Instalações Elétricas, Gás, Hidráulicas e Sanitárias do Estado do Rio de Janeiro (Sindistal). “Nossos associados solicitaram mais esclarecimentos sobre o novo registro. Para as empresas, o processo de implantação ainda está confuso, há muitas dúvidas. A consultoria do Sistema FIRJAN tem sido providencial nesse cenário”, afirmou Isabel Lemgruber, gerente executiva do Sindistal.

### DEFESA DE INTERESSES

Além de promover encontros para esclarecimento do programa com as empresas e sindicatos, o Sistema FIRJAN tem participado de reuniões periódicas com o Comitê Gestor do eSocial, formado pela Receita Federal, Ministério do Trabalho e Emprego, Previdência Social e Caixa Econômica. A prorrogação do prazo para implementação do programa é um dos pleitos que têm sido defendidos pela FIRJAN.



Guarim de Lorena

Palestra sobre eSocial realizada pelo Sistema FIRJAN na sede do Sinmetal, no Rio, um dos sindicatos que recebeu a iniciativa

## SISTEMA FIRJAN ELABORA AGENDA PRIORITÁRIA PARA RETOMADA DO CRESCIMENTO DO BRASIL

Após avaliar os 43 pontos da Agenda Brasil, divulgada pelo Senado Federal em agosto, o Sistema FIRJAN elaborou uma agenda prioritária, com o objetivo de dar foco nas medidas mais importantes para a retomada do crescimento econômico. As propostas agrupam quatro eixos centrais: fiscal, tributário, trabalhista e investimentos. Medidas como redução do número de tributos e de ministérios estão contempladas.

“A Agenda Brasil precisava ser ‘limpa’ porque, com 43 pontos, não há priorização. Por isso, a Agenda FIRJAN reúne ideias que vêm sendo debatidas há bastante tempo, a exemplo da questão fiscal, cujas ações necessárias foram entregues este ano ao ministro Joaquim Levy (Fazenda), em visita à Federação”, explica Luciana de Sá, diretora de Desenvolvimento Econômico do Sistema FIRJAN.

### FISCAL E TRIBUTÁRIO

Com relação à política fiscal, a Federação defende a reversão dos gastos de custeio em relação ao PIB ao nível observado em 2008 (3,1%), com manutenção do atual patamar dos investimentos. Sugere-se também a criação de uma “regra de ouro” que torne obrigatório manter a evolução dos gastos correntes abaixo do crescimento do PIB.

Na área tributária, as propostas reúnem ideias debatidas no Conselho de Assuntos Tributários e têm como foco a redução do número de impostos, de sete para quatro, e a simplificação do sistema. A medida teria de vir acompanhada da adoção geral do conceito de crédito financeiro, em substituição ao atual crédito físico, permitindo



Plenário do Senado Federal: anúncio de 43 propostas da Agenda Brasil

a desoneração total e efetiva dos investimentos e das exportações.

Sérgio Duarte, presidente Sindicato das Indústrias de Alimentos do Município do Rio de Janeiro (Siarj), considera fundamental, além da unificação das tarifas, a instituição do Código Nacional do ICMS. “Não é possível que uma indústria instalada em um dos entes da federação tenha que examinar 27 legislações diferentes, como se estivesse enviando produto para 27 países diferentes”, critica Duarte, que também preside a Vitális.

### TRABALHISTA E INVESTIMENTOS

Para a Federação, também é importante permitir a adoção de uma jornada de trabalho flexível, baseada na definição de um salário mínimo por hora. A flexibilização da jornada foi tema do Seminário de Relações Trabalhistas da Federação no ano passado, quando se mostrou que países mais competitivos possuem regras menos rígidas.

No quesito investimentos, o Sistema FIRJAN acredita que as propostas da Agenda Brasil apontam para a direção que se almeja, ao facilitar o licenciamento ambiental de obras e objetivando estabilidade de regras; e defende ações como a ampliação da participação de empresas estrangeiras em consórcios sem liderança nacional, em todos os setores de infraestrutura.

Roberto Kauffmann, presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Rio de Janeiro (Sinduscon-Rio), pondera que a Agenda Brasil precisava ser aprimorada. “A FIRJAN prioriza questões que oferecem segurança jurídica aos empresários. Com isso, podemos gerar riquezas e empregos”, avalia o executivo, que também preside o Conselho Empresarial da Indústria da Construção do Sistema FIRJAN.

Acesse as propostas na íntegra no [link](http://goo.gl/2cQSQ4) <http://goo.gl/2cQSQ4>.

## NOTA FIRJAN E FIESP SOBRE O REBAIXAMENTO DO BRASIL

### Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Presidente do Sistema FIRJAN

A FIESP e a FIRJAN vêm a público expor sua perplexidade com a inação do governo diante da deterioração crescente do quadro econômico no país.

A perda do grau de investimento por uma agência de *rating* internacional é o desfecho de uma série de hesitações, equívocos e incapacidade de lidar com os desafios de uma conjuntura econômica cujo esfacelamento é resultado de incontáveis erros cometidos ao longo dos últimos anos.

A sucessão de erros foi coroada pelo envio ao Congresso Nacional da peça orçamentária do próximo ano com previsão de déficit de mais de R\$ 30 bilhões. Assim, o Poder Executivo abriu mão uma de suas prerrogativas mais básicas: a iniciativa de propor ao Legislativo o ordenamento das receitas e despesas públicas segundo suas prioridades. Com esse ato, o governo abriu mão de governar.

Não há uma estratégia clara sobre o que fazer para lidar com crise tão aguda, nem parece haver a capacidade de empreender o esforço tão necessário de entendimento nacional que viabilizaria a adoção de um programa consensual de ajustes na esfera econômica.

É mais do que passada a hora de implementar um rigoroso ajuste fiscal no país. Não um ajuste de mentirinha. O Brasil clama por um ajuste fiscal de verdade e baseado em cortes de despesas.

O país repudia com ênfase novos aumentos de impostos. Esta é a receita fácil de sempre, mas a sociedade não aguenta mais pagar a conta da incompetência do Estado.

Só reformas estruturais de longo prazo recolocarão o Brasil no rumo do crescimento econômico e geração

### Paulo Skaf

Presidente da FIESP

de emprego. O setor produtivo precisa de menos tributos para voltar a dar conta de girar a roda da economia. É o contrário do que o Governo propõe.

É preciso adotar uma regra de ouro para as despesas públicas a fim de que não possam elevar-se acima da taxa de crescimento do PIB.

É vital que se implemente um programa ousado de venda de ativos públicos, que poderia amenizar a necessidade de arrecadação de recursos.

É hora de assumir responsabilidades e abandonar a letargia e a inação!

É evidente a boa vontade dos empresários em colaborar para um entendimento nacional. Mas é preciso que haja uma contrapartida, um rumo, um norte. É tudo o que o Brasil não enxerga hoje.

O tempo corre contra o país.

Já se perdeu o grau de investimento. Até o final do ano, podemos ter 1,5 milhão de postos de trabalho perdidos.

O atual ambiente de incerteza penaliza corporações brasileiras de todos os tamanhos. As pequenas e médias empresas estão sufocadas. Muitas lutam apenas para sobreviver. Outras fecham suas portas.

É em nome de cada uma destas empresas e de seus trabalhadores que FIRJAN e FIESP vêm a público para cobrar um posicionamento firme e propostas concretas que exponham um plano para superar a grave crise em que o país foi colocado.

A disposição de colaborar é permanente, mas não incondicional. É preciso constatar que há uma contrapartida de quem tem a responsabilidade de conduzir o país.

O Brasil não pode mais esperar!

---

***FIRJAN e FIESP  
vêm a público para  
cobrar propostas  
concretas para  
superar a grave  
crise em que o país  
foi colocado***

---

## ESTADO DO RIO É FINALISTA EM **COMPETIÇÃO NACIONAL DO SENAI**

Duas equipes do SENAI Nova Friburgo representaram o estado do Rio na competição nacional do Desafio SENAI de Projetos Integradores. Uma delas, a Eco Tablet, cujo projeto propõe utilizar resíduo de madeira com resina em pastilhas de revestimento, ficou entre as duas melhores de todo o país. A iniciativa une alunos e empresas para desenvolver soluções inovadoras que gerem alto impacto na competitividade da indústria.

Na etapa estadual, todas as quatro equipes vencedoras são friburguenses. Na cidade, o programa contou com a parceria das empresas locais e do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Nova Friburgo (Sindmetal), que apoiaram os grupos no desenvolvimento dos projetos. Claudio Tângari, presidente do Sindmetal e da MHS, recebeu em sua empresa a Compress, equipe que criou um compactador de resíduos de usinagem, e foi finalista no estado.

“Eles nos procuraram para saber quais eram as nossas dificuldades. Nós os auxiliamos com um *brainstorming*. Depois voltaram, já com a ideia que tinham escolhido, para validar o projeto e a gente poder orientá-los”, explicou. “Temos expectativa de que o produto venha a ser comercializado, pois ele tem mercado. Há da nossa parte muito interesse nisso”, garantiu.

Para Catarina Wermelinger, pedagoga do SENAI que coordenou o Desafio local, esse foi um dos fatores determinantes para o sucesso da iniciativa: “Foi muito importante a parceria com



Desafio SENAI de Projetos Integradores em Nova Friburgo: parceria com empresas

**“Temos expectativa de que o produto venha a ser comercializado, pois ele tem mercado”**

**Cláudio Tângari**  
Presidente do Sindmetal e da MHS

as empresas porque deu ao aluno a oportunidade de vivenciar na prática o que ele vai encontrar quando estiver trabalhando. E por outro lado ajuda o empresário a resolver a seus problemas.”

As sete equipes formadas na região visitaram, além da MHS, companhias como a HAK e Sinimbu, ambas da indústria têxtil, Elas Ecomodas Confecção, Autoviação 1001 e Friburgo Auto Ônibus (Faol), e a Brasil Kirin.

### DESAFIOS SUSTENTÁVEIS

Pelo regulamento, as equipes participantes do programa tinham que desenvolver produtos para um dos quatro temas propostos: a reutilização de resíduos industriais; como ampliar e facilitar a utilização de energia renovável em empresas ou residências; a melhoria da mobilidade urbana por meio de novas tecnologias; e a otimização do uso da água nos processos de fabricação.

“Muito interessante e importante este incentivo do SENAI de estimular seus estudantes à inovação no cenário industrial aliado à sustentabilidade. Certamente, isto irá propiciar o surgimento de novas tecnologias a favor de uma produção mais limpa e equilibrada, com a preservação dos recursos naturais”, afirmou Alex Sandro Santos, diretor da Elas Ecomodas. A premiação nacional acontece no dia 15 de setembro, em Brasília, leia mais em [www.firjan.com.br](http://www.firjan.com.br).



## CONSELHO DE ENERGIA ELÉTRICA DISCUTE PLANEJAMENTO ENERGÉTICO COM SECRETÁRIO DO MME

Para debater o planejamento do setor elétrico nos próximos anos, o novo Conselho Empresarial de Energia Elétrica do Sistema FIRJAN recebeu Luiz Eduardo Barata, secretário executivo do Ministério de Minas e Energia (MME). “Toda sociedade quando persegue independência energética busca energia com qualidade e baixo custo. O Brasil havia conseguido isso de maneira satisfatória, mas nos últimos anos isso foi dificultado. Temos agora o desafio de nos reorganizar”, declarou Sergio Malta, presidente do Conselho.

O secretário destacou as dificuldades enfrentadas nos últimos anos, como a crise hídrica e, agora, o impacto do déficit no volume de energia gerado pelas hidrelétricas, conhecido como GSF (*Generating Scaling Factor*), o que chamou de “maior problema do setor”. Contudo, ele salientou que o Brasil conseguiu diversificar a matriz energética, garantindo o abastecimento mesmo com a baixa reserva das hidrelétricas. “O risco da falta de abastecimento só não avançou em virtude de termos adotado sistemas de parque térmico. Mas isso comprometeu a modicidade tarifária”, reconheceu.

Segundo ele, o governo promoverá leilões para expandir o uso das diferentes fontes de energia de que o país dispõe. Até o fim do ano estão previstos quatro; dois para Energia de Reserva e dois para transmissão. Outro fator que contribuirá para esse crescimento é o Programa de Investimento em Energia Elétrica, que prevê um aporte de R\$ 186 bilhões para o setor, além de R\$ 114 bi contratados anteriormente.



Reunião do novo Conselho de Energia Elétrica: investimentos no setor em pauta

### DESAFIOS

Barata também apontou os três pilares que compõem o desafio permanente de promover a expansão da oferta de energia elétrica de forma sustentável: a segurança no abastecimento, a modicidade tarifária e a universalização do atendimento. “Nossa primeira preocupação é garantir o suprimento. A outra é assegurar preços menores. Não queremos uma base essencialmente hidrelétrica, mas sim hidrotérmica”.

Na avaliação de Nelson Hubner, presidente do Conselho de Administração da Light, é preciso cuidado para que os ajustes no modelo de energia nacional não o desconfigurem. “Não podemos contratar qualquer térmica. A questão que se põe é como resolver a crise sem alterar nossos pilares”, argumentou. “Vemos como sinal positivo a adoção gradativa de leilões por fonte. Ela permitirá trabalhar com o conceito de matriz

estratégica”, completou Nivalde de Castro, coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Mario Santos, vice-presidente do Sindicato Interestadual das Indústrias de Energia Elétrica (Sinergia), ponderou que o setor vive um momento complexo: “Mais do que nunca, é fundamental estreitarmos o diálogo com o Ministério de Minas e Energia, a fim de que o ponto de vista da indústria seja considerado”, observou.

Antonio Berenguer, vice-presidente do CIRJ, ressaltou a importância do tema para as empresas fluminenses. “A energia elétrica é uma questão estratégica à indústria. Venho do setor têxtil, em que seu peso é grande na composição de custos”, afirmou. A reunião foi realizada no dia 31 de agosto, na sede da Federação.

## COMISSÃO MUNICIPAL FIRJAN/CIRJ EM ITAGUAÍ DEBATE CRISE HÍDRICA

Representantes da Cedae e da indústria participaram de reunião da Comissão Municipal FIRJAN/CIRJ em Itaguaí sobre fornecimento de água para o setor produtivo. O especialista em Meio Ambiente da Federação, Jorge Peron, apresentou levantamento que aponta que o setor industrial, responsável por 827 mil empregos diretos, vem fazendo sua parte: nos últimos dois anos, 56,7% das indústrias fluminenses adotaram ações de racionalização do uso da água, o que levou à redução de 25,6% no gasto de água nesse período.

De acordo com Julio Cesar Antunes, engenheiro da Cedae e Assistente de Produção do Guandu, medidas tomadas desde o ano passado já levaram à economia de 35% do volume equivalente do Paraíba do Sul: "Se as decisões não tivessem sido tomadas, hoje o nível dos reservatórios poderia estar negativo em 28%".

Amsterdam Cristo, um dos diretores do Comitê Guandu e representante do Sindicato dos Mineradores de Areia do Estado do Rio de Janeiro (SIMARJ),

afirmou que 70% de toda a verba do comitê são destinados a projetos de saneamento básico, e 30%, a educação ambiental, reflorestamento e outras ações. "Estamos dispostos a formar parcerias com o poder público, entidades e sociedade civil para encarmos a crise", enfatizou.

Segundo Abílio Faia, diretor da Associação das Empresas do Distrito Industrial de Santa Cruz e Adjacências (Aedin), as empresas da Associação já investiram R\$ 25 milhões em ações emergenciais. "Desde maio do ano passado, quando começou a crise, as instituições estão se unindo na luta contra a escassez, que já chegou ao estado de São Paulo, mas, se continuarmos tomando as medidas certas, não chegará ao Rio".

Edson Kleiber Castilho, coordenador da Comissão Municipal FIRJAN/CIRJ em Itaguaí, destacou a importância da iniciativa: "Com o apoio da Federação, as empresas podem encontrar soluções para otimizar o uso de recursos hídricos". O encontro foi realizado em 2 de setembro no SENAI Itaguaí.



Joana Mineiro

Julio Cesar Antunes fala a empresários em reunião promovida no SENAI Itaguaí

PRÊMIO ABERJE BRASIL 1999-2000  
PRÊMIO ABERJE RIO 1999-2000-2001  
Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

**Presidente:**

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

**1º Vice-presidente FIRJAN:**

Carlos Mariani Bittencourt

**2º Vice-presidente FIRJAN:**

Carlos Fernando Gross

**1º Vice-presidente CIRJ:**

João Lagoeiro Barabá

**2º Vice-presidente CIRJ:**

Antonio César Berenguer Bittencourt Gomes

**1º Diretor Secretário - FIRJAN:**

Armando Brasil Salgado

**1º Diretor Secretário - CIRJ:**

Mauro Ribeiro Viegas Filho

**1º Diretor Tesoureiro - FIRJAN:**

Abílio Moreira Mendes

**1º Diretor Tesoureiro - CIRJ:**

Sérgio Kunio Yamagata

### CONSELHOS EMPRESARIAIS

**Assuntos Legislativos:** José da Rocha Pinto

**Assuntos Tributários:** Sergei da Cunha Lima

**Economia:** José Mascarenhas

**Energia Elétrica:** Sérgio Gomes Malta

**Gestão Estratégica para**

**Competitividade:** Angela Costa

**Indústria da Construção:**

Roberto Kauffmann

**Infraestrutura:** Mauro Ribeiro Viegas Filho

**Jovens Empresários:** Poliana Silva

**Meio Ambiente:** Isaac Plachta

**Política Social e Trabalhista:**

José Arnaldo Rossi

**Petróleo e Gás:** Armando Guedes Coelho

**Presidentes de Conselho das**

**Representações Regionais:**

Rubens Muniz

**Relações Internacionais:**

Luiz Felipe Lampreia

**Responsabilidade Social:** Luiz César Caetano

**Tecnologia:** Fernando Sandroni

### FÓRUNS EMPRESARIAIS

**Agroindústria:** Francisco Muniz

**Areia e Brita:** Rogério Moreira Vieira

**Cosméticos e Perfumaria:**

Celso Dantas Aguiar

**Defesa e Segurança:** Carlos Erane de Aguiar

**Moda:** Oskar Metsavaht

**Rochas Ornamentais:** Mauro Varejão

CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação do SISTEMA FIRJAN

**Assessoria de Imprensa:** Lorena Storani

**Insight Comunicação**

**Editor Geral:** Coriolano Gatto

**Editor Executivo:** Kelly Nascimento

**Editor Adjunto:** João Perido

**Redação:** Denise Almeida, Janaina Salles,

Nathalia Curvelo e Silvia Noronha

**Revisão:** Geraldo Pereira e Paulo Barros

**Fotografia:** Antonio Batalha,

Fabiano Veneza e Guarim de Lorena

**Projeto Gráfico:** DPZ

**Design e Diagramação:** Paula Barrenne

**Produtor Gráfico:** Ruy Saraiva

**Impressão:** Arte Criação

SISTEMA FIRJAN/CIRJ

Avenida Graça Aranha 1

CEP: 20030-002 – Rio de Janeiro

Tel.: (21) 2563-4455

www.firjan.org.br

## TST MODIFICA ÍNDICE DE CORREÇÃO DE DÉBITOS TRABALHISTAS

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) alterou a forma de correção dos débitos trabalhistas oriundos de ações judiciais. O Pleno julgou inconstitucional a Taxa de Referência (TR) como fator de atualização inflacionária dos depósitos trabalhistas e, em sua substituição, passa a valer o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). A decisão foi publicada no dia 14 de agosto.

A nova regra impacta diretamente as indústrias com ações em aberto na Justiça do Trabalho, uma vez que abrange todos os processos em tramitação não julgados desde junho de 2009. Os custos imediatos estimados para as empresas são de R\$ 30 bilhões.

“Numa época em que o Brasil atravessa toda essa tormenta e não há nem expectativa de melhora, vem uma decisão do Tribunal Superior do Trabalho onerar mais uma vez as empresas. Lamentavelmente, o empresário brasileiro está sendo penalizado”, afirmou Carlos di Giorgio, presidente do Sindicato das

Indústrias Gráficas do Município do Rio de Janeiro (Sigraf).

De acordo com Sergei da Cunha Lima, presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Sul Fluminense (Singrasul), a mudança das regras cria insegurança jurídica

para as empresas, entre outros danos. “Os planejamentos anuais das indústrias foram estruturados com base em outro cenário. Mais uma vez, o setor produtivo será impactado negativamente”, disse Lima, que também preside o Conselho de Assuntos Tributários da FIRJAN.

Em vista dessa situação, a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) tem se articulado a fim de reverter a decisão do TST, e protocolou uma petição requerendo integrar o processo para, entre outras questões, tentar suspender a medida.

O Sistema FIRJAN apoia a iniciativa da CNI e defende o respeito à segurança jurídica, reafirmando seu posicionamento contrário à alteração do critério de correção dos débitos trabalhistas, em especial por conta da aplicação da nova regra retroativamente, defendendo que se estabeleça um critério que respeite os valores já contingenciados e o ato jurídico perfeito.



Guarim de Lorena

*Carlos di Giorgio: medida traz impactos negativos para empresas*

## FIRJAN CRIA SIMULADOR PARA CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

O Sistema FIRJAN elaborou um simulador que permite aos empresários avaliar a melhor opção para a contribuição previdenciária: se pagamento sobre a receita bruta, com novas alíquotas aprovadas recentemente, ou sobre a folha de salários.

De acordo com a Lei nº 13.161/2015, publicada em 31 de agosto, as alíquotas sobre a receita bruta passarão para 2,5% e 4,5%

para a maioria dos setores. Porém, o projeto possibilita que os empresários optem pela contribuição de 20% sobre a folha de pagamentos.

Por meio do simulador desenvolvido pela Federação, é possível checar as novas alíquotas e os valores a serem recolhidos sobre a receita bruta e assim escolher a melhor forma de contribuição. Para a consulta, deverão ser informadas, por

exemplo, a atividade ou o código do produto.

Caso seja feita a opção pela tributação sobre a receita bruta, a escolha será efetuada mediante pagamento da contribuição relativa a janeiro de cada ano, ou a primeira competência subsequente para a qual haja receita apurada, sendo irretroatável para todo o ano.

Acesse o simulador no link <http://goo.gl/vxVwTa>.

## PROGRAMA SEBRAETEC INCENTIVA INOVAÇÃO EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O novo edital de Diferenciação Tecnológica do Programa Sebraetec, lançado em parceria com o Sistema FIRJAN, teve o valor máximo por projeto ampliado para R\$ 125 mil, dos quais 80% não reembolsáveis e 20% contrapartida da empresa. As micro e pequenas empresas (MPEs) interessadas em participar podem receber consultoria gratuita da Federação para ampliar as chances de aprovação do projeto. As expectativas são altas, porque 2015 está sendo um ano de poucos editais de fomento. O prazo para envio das propostas se encerra-se em 30 de setembro.

O objetivo do programa é permitir o acesso a serviços tecnológicos para o desenvolvimento ou aprimoramento de produto, processo ou modelo de negócio, de modo a fomentar a competitividade das MPEs. A iniciativa mobiliza investimento total de R\$ 6,5 milhões, sendo R\$ 5 milhões do Sebrae. O prazo máximo para execução de cada projeto será de até 12 meses contínuos.

### PARCERIA COM CTSs

Os Centros de Tecnologia SENAI (CTSs) – Alimentos e Bebidas; Ambiental; Automação e Simulação e Solda – podem ser parceiros na execução dos projetos e oferecem assessoria na elaboração das propostas a serem viabilizadas em suas instalações. Além de ser exclusivo para MPEs, o edital prescinde de uma instituição tecnológica cadastrada no programa para executar a ideia da empresa, a exemplos dos CTSs.

Anderson Rossi, assessor chefe de Inovação Tecnológica do



Antonio Batalha

Laboratório do SENAI FabLab, no CTS Automação: possibilidade de parceria para execução de projetos contemplados pelo edital Sebraetec

Sistema FIRJAN, destaca que o programa pode ser um grande impulsionador dos negócios. “Ele foi ampliado, mantendo o subsídio de 80%. A empresa pode pagar o valor restante com Cartão BNDES ou cartão de crédito”, sugere Rossi.

### INOVAR GERA RESULTADOS

Poliana Silva, diretora do Laboratório Simões, pretende concorrer à verba. “A inovação é primordial para empresas de todos os setores. Só assim é possível estar à frente da concorrência. Esses editais estimulam esse processo, porque as instituições de fomento investem junto com a empresa”, ressalta ela, que já teve projeto aprovado em editais após receber orientação da Federação.

As empresas associadas ao Sistema FIRJAN que desejam

participar e receber orientações podem entrar em contato pelo e-mail [inovassin@firjan.org.br](mailto:inovassin@firjan.org.br).

### SETORES QUE PODEM PARTICIPAR DO SEBRAETEC

- Petróleo e Gás
- Tecnologia da informação e das comunicações
- Moda
- Empresas inseridas em encadeamento produtivo de grandes empreendimentos (multissetorial)
- Biotecnologia
- Construção civil
- Empresa incubada de base tecnológica
- Franquia (transformação em franqueadora)

# INFORME JURÍDICO

Ano XVI nº 705  
11 a 17 de setembro de 2015

## COMPROVAÇÃO DE PIRATARIA NÃO EXIGE PERÍCIA COMPLETA DO MATERIAL APREENDIDO

Para que fique configurado o crime de violação de direito autoral, não é necessário fazer perícia em todos os bens apreendidos nem identificar os titulares dos direitos violados. O entendimento foi firmado pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no julgamento de dois recursos repetitivos, cujo tema foi cadastrado sob o número 926. O relator foi o ministro Rogério Schietti Cruz.

A seção decidiu que “é suficiente, para a comprovação da materialidade do delito previsto no artigo 184, parágrafo 2º, do Código Penal a perícia realizada por amostragem sobre os aspectos externos do material apreendido, sendo desnecessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou de quem os represente”.

A tese vai orientar a solução de processos idênticos, e só caberá recurso ao STJ quando a decisão de segunda instância for contrária ao entendimento firmado.

### PREJUÍZOS

Schietti destacou números da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) segundo os quais a pirataria (chamada de contrafação na Lei 9.610/98) prejudica a arrecadação de impostos em R\$ 40 bilhões e promove a perda de dois milhões de empregos formais, mais de 20 mil deles somente na indústria cinematográfica.

Os recursos julgados tiveram origem em Minas Gerais. Em um dos casos, foram apreendidos 1.399 DVDs e 655 CDs expostos para venda. No entanto, a perícia foi feita em apenas dez DVDs de filmes. O juiz rejeitou a denúncia por entender que não havia justa causa para a ação penal. O Ministério Público recorreu, mas o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) negou o recurso.

No outro caso, foram apreendidos 685 CDs e 642 DVDs. O réu foi condenado a dois anos de reclusão em regime aberto, mais multa. A defesa apelou, e o TJMG absolveu o acusado por “ausência de prova material válida”.

### AMOSTRAGEM

No julgamento dos recursos pelo STJ, a Terceira Seção decidiu que é possível a perícia por amostragem. O ministro Schietti explicou que, para a caracterização do crime de violação de direito autoral, bastaria a apreensão de um único objeto.

Além disso, o ministro assinalou que o STJ dispensa o excesso de formalismo para a constatação desse tipo de crime, “de modo que a simples análise de aspectos externos dos objetos apreendidos é suficiente para a comprovação da falsidade”. Segundo ele, não seria razoável exigir a análise do conteúdo das mídias apreendidas, já que a falsificação pode ser verificada visualmente.

### AÇÃO PÚBLICA

Quanto à desnecessidade de identificação dos titulares dos direitos autorais, o ministro disse que a pirataria extrapola a individualidade dessas vítimas e deve ser tratada como ofensa a toda a coletividade, “pois reduz a oferta de empregos formais, causa prejuízo aos consumidores e aos proprietários legítimos e fortalece o poder paralelo e a prática de atividades criminosas conexas à venda, aparentemente inofensiva, desses bens”.

Schietti ainda acrescentou que a ação penal nesses casos é pública incondicionada, ou seja, não se exige a manifestação do detentor do direito autoral violado para que se dê início ao processo criminal.

Nos dois casos julgados, a seção reconheceu a materialidade dos crimes – no REsp 1.485.832, determinou que o juiz de primeiro grau prossiga no julgamento do

mérito da ação; no REsp 1.456.239, determinou que o TJMG prossiga no julgamento da apelação.  
*Fonte: STJ*

## REGULAMENTADA A NECESSIDADE DE PROVISIONAMENTO, PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DOS RECURSOS PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E OUTROS A EMPRESAS CONTRATADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Foi publicada em 8 de setembro último a Resolução INSS nº 495, de 4. 9.2015, que dispõe sobre a retenção de provisões, nas contratações realizadas pelos órgãos ou entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG, para pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos em relação à mão de obra das empresas contratadas para prestação de serviços, continuados ou não, com dedicação exclusiva de mão de obra.

Com fundamento legal na Lei nº 8.666/93 e na Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, e em decorrência da necessidade do INSS manter o controle das despesas contratadas e assegurar o pagamento das obrigações trabalhistas de empregados alocados nas contratações de serviços, continuados ou não, com dedicação exclusiva de mão de obra, a referida Resolução determina que ocorra a retenção do provisionamento dos valores para pagamento dos encargos trabalhistas, relativos a 13º (décimo terceiro) salário, férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias, multa sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e contribuição social para as rescisões sem justa causa e encargos

sobre férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário, devidos mensalmente às empresas contratadas para prestação de serviços, continuados ou não, com dedicação exclusiva de mão de obra, no âmbito do INSS, a serem depositadas exclusivamente em conta-depósito vinculada mantida em instituição bancária.

A Resolução contém todo o detalhamento para a realização da mencionada retenção, dentre elas, a necessidade de abertura de conta-depósito vinculada (bloqueada para movimentação), aberta em nome da contratada, individualizada por contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por autorização do INSS, que deverá firmar Termo de Cooperação Técnica com a instituição bancária, determinando os termos para a abertura da mencionada conta.

Mais detalhes poderão ser obtidos em <http://www.comprasgovernamentais.gov.br/paginas/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-02-de-30-de-abril-de-2008-1> e <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/72/INSS-PRES/2015/495.htm>

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA PARA JULGAR DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA COM APURAÇÃO DE HAVERES

Compete ao juízo cível – e não ao juízo de sucessões no qual tramita o inventário – julgar, com consequente apuração de haveres do de cujus, dissolução parcial de sociedade limitada que demande extensa dilação probatória. De fato, conforme entendimento do STJ, “Cabe ao juízo do inventário decidir, nos termos do art. 984 do CPC, ‘todas as questões de direito e também as questões de fato, quando este se achar provado por documento, só remetendo para os meios ordinários as que demandarem alta indagação ou dependerem de outras provas’, entendidas como de ‘alta indagação’ aquelas questões que não puderem ser provadas nos autos do inventário” (REsp 450.951-DF, Quarta Turma, DJe 12/4/2010). Nesse diapasão, questões de alta indagação, que, por exigirem extensa dilação probatória, extrapolam a cognição do juízo do inventário, devem ser remetidas aos meios ordinários. Logo, é no juízo

cível que haverá lugar para a dissolução parcial das sociedades limitadas e consequente apuração de haveres do de cujus, visto que, nessa via ordinária, deve ser esmiuçado, caso a caso, o alcance dos direitos e obrigações das partes interessadas – os quotistas e as próprias sociedades limitadas –, indiferentes ao desate do processo de inventário. Deixa-se, pois, ao juízo do inventário a atribuição jurisdicional de descrever o saldo advindo com a liquidação das sociedades comerciais, para que possa dar à herança a devida partilha, não comportando seu limitado procedimento questões mais complexas que não aquelas voltadas para o levantamento, descrição e liquidação do espólio. REsp 1.459.192-CE, Rel. originário Ricardo Villas Bôas Cueva, Rel. para acórdão João Otávio de Noronha, julgado em 23/6/2015, DJe 12/8/2015.

*Fonte: STJ*